

Editorial

O presente volume dos Estudos Moçambicanos traz ao público uma variedade de temas de ciências sociais, temas estes resultado de trabalhos de pesquisa (como sendo a questão de identidade, o papel das autoridades tradicionais, a conceito de natureza e do uso e gestão de recursos). O número 17 desta Revista procura pois, mais uma vez, desenhar uma panorâmica abrangente dos estudos ora em curso em Moçambique e sobre Moçambique, obrigando a diferentes inflexões sobre o próprio sentido da construção epistemológica do social no nosso País.

A revista abre com um texto de Nadja Manguenzi retratando um período menos conhecido da vida de Eduardo Mondlane, nos Estados Unidos da América (1951-1961). O texto de Nadja Manguenzi conduz a uma compreensão mais profunda do humanismo de Eduardo Mondlane, quer como político (pois que o texto incide sobre uma etapa particularmente rica da sua formação como cientista e político), quer ainda num capítulo mais privado, na sua relação com Janet Mondlane, com os seus amigos e colegas.

Ao propor-nos uma viagem pela historiografia do nosso continente, o texto de Isabel Casimiro incide sobre o processo de construção das identidades e representações das Mulheres em África. Procurando entender como foi sendo construída a identidade e a cidadania das mulheres africanas, o texto reflecte ainda uma preocupação constante sobre os processos de construção epistemológica na área da mulher e relações de género no nosso continente.

Numa análise social sobre a natureza da relação entre as instituições de base herdadas do período colonial e as que foram estabelecidas pela Frelimo, o texto de Alice Dinerman aborda a problemática do surgimento dos antigos régulos como chefes de produção. Tendo como zona de estudo a província de Nampula, este trabalho inscreve-se na temática tão actual do debate em torno da relação entre as autoridades modernas e as autoridades tradicionais. Em termos cronológicos, o trabalho incide sobre o período pós-independência, i.e., refere-se ao período compreendido entre 1975 (quando o governo da Frelimo recusa às chefaturas o seu papel de pilar estatal da administração rural) e a campanha agrícola de 1986-87 (altura em que os chefes, reconhecidos pelo regime colonial, readquiriram em vários distritos as antigas funções de supervisão da produção rural).

Finalmente Maria Paula Meneses encerra este número com um texto que se debruça sobre o papel dos cientistas sociais em relação a aspectos tão actuais como sendo a natureza, a biodiversidade e a questão dos conhecimentos locais, abrindo caminho para um debate mais profundo sobre este assunto.

Maputo, Agosto de 2000
O Editor